

A N E X O

21

ATA DA 603ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DO IFUSP

ATA – Aos vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Abrahão de Moraes, reuniu-se, em 1ª convocação, a Congregação do Instituto de Física da Universidade de São Paulo. A sessão foi realizada sob a presidência da Senhora Diretora, Profa. Dra. Kaline Rabelo Coutinho, do Vice-Diretor, Prof. Cristiano Luís Pinto de Oliveira e dos seguintes membros: **Professores Titulares:** Profs. Drs. André Bohomoletz Henriques (após 10h13min), Antônio Martins Figueiredo Neto (até 12h32min), Edilson Crema (das 10h09min às 11h40min), Elisabeth Mateus Yoshimura, Fernando Silveira Navarra (das 9h49min às 11h47min), Gennady Gusev, Gustavo Alberto Burdman, Gustavo Martini Dalpian, Ivone Freire da Mota e Albuquerque, Luís Raul Weber Abramo, Luiz Carlos Chamon (até 12h06min), Manfredo Harri Tabacnicks, Marcelo Gameiro Munhoz, Márcia Carvalho de Abreu Fantini, Marcos Nogueira Martins, Nelson Carlin Filho, Oscar José Pinto Éboli, Renata Zukanovich Funchal, Rubens Lichtenthaler Filho (das 9h47min às 12h32min), Sylvio R. Accioly Canuto e Vito Roberto Vanin (até 11h58min); **Chefes de Departamento:** Profs. Drs. Rosângela Itri (Vice Chefe), Marcelo Martinelli, Adriano Mesquita Alencar, João Carlos Alves Barata (até 12h26min), Helena Maria Petrilli (após 10h02min) e Márcia de Almeida Rizzutto; **Presidentes de Comissões:** Profs. Drs. Luís Gregório Godoy V. Dias da Silva, Márcio Teixeira N. Varella, Caetano Rodrigues Miranda, Daniel Reinaldo Cornejo e José Fernando Diniz Chubaci, além do Prof. Ivã Gurgel, representando a CPGI; **Professores Associados:** Profs. Drs. Antonio Domingues dos Santos, Alexandre Alarcon do Passo Suaide, Alexandre Levine, Alain André Quivy, Fernando Tadeu Caldeira Brandt (após 9h52min), Carla Goldman (suplente) (das 10h14min às 11h55min), Valdir Guimarães (até 12h06min), Nora Lia Maidana (suplente) (após 9h56min), Valmir Antonio Chitta, Rafael Sá de Freitas (até 12h22min), André de Pinho Vieira (até 11h43min), Eric de Castro e Andrade (até 12h30min), Marco Aurélio Brizzotti Andrade (suplente) (até 12h06min), José Roberto Brandão de Oliveira (suplente), Arnaldo Gammal e Frédérique Marie Brigitte Grassi (suplente); **Professores Doutores:** Profs. Drs. Nemitala Added, Cristina Leite (até 12h32min), José Helder F. Severo, Renato Higa (até 12h22min), Alessio Mangiarotti, Nathália Beretta Tomazio, Alexandre Lima Correia, André Machado Rodrigues (após 9h52min) e Marco Bregant; **Representantes discentes: de Pós-Graduação:** Sr. William Akira Yohida Hatano (suplente); **Graduação:** Artur Libanio de A. Yordaky, Gabriel Barbosa Candido (até 11h58min), Priscila Diogo Dias e Ricardo de Ávila Mesquita (até 11h58min); **Representantes dos Servidores não-docentes:** Srs. Marco Aurélio de O. Montagner, Rosana Batista Gimenes Biz (após 9h49min) e Alcides Batista da Silva Junior (suplente). Encontram-se **afastados** os seguintes docentes: Professor Titular: Prof. Dr. Antonio José Roque da Silva; Professor Associado: Prof. Dr. Cristiano Rodrigues de Mattos. Encontram-se em **férias** os seguintes membros: Professores Titulares: Profs. Drs.: Elcio Abdalla e Roberto Vicençotto Ribas. **Justificaram** suas ausências os seguintes membros docentes: **Professores Titulares:** Profs. Drs. Marília Junqueira Caldas, Nestor Felipe Caticha Alfonso, Paulo Alberto Nussenzveig e Renato de Figueiredo Jardim. A Assistente Acadêmica, Sra. Maria Madalena Salgado Bermudez Zeitum, secretariou a reunião. A **Senhora Diretora** cumprimenta os membros, inicia a reunião às 9h41min e dá as boas-vindas aos representantes discentes William Akira Yohida Hatano, Artur Libanio de A. Yordaky, Gabriel Barbosa Candido, Gabriel Barbosa Candido, Priscila Diogo Dias e Ricardo de Ávila Mesquita. A seguir, passa à **1ª PARTE - ORDEM DO DIA - Item I – Assunto para ciência da Congregação: Relato sobre Intimação Judicial decorrente de ação judicial do Dr. Filipe Abdalla, relativa à Produção Antecipada da Prova: a) Decisão judicial; b) Inicial; c) Petição da Procuradoria Geral.** A **Senhora Diretora** diz que o assunto não está aberto a discussão e solicita ao colegiado que não se manifeste. Informa que a documentação está na pauta. Ressalta que o juiz expediu um mandado judicial para que tivesse acesso aos e-mails de todos os membros da Congregação e ele indica nessa petição palavras-chave de busca e algumas outras coisas e a Procuradoria Geral da USP fez uma petição argumentando que isso seria uma quebra de sigilo, mas não houve resposta do juiz até o momento. Solicita aos membros dessa Congregação que não apaguem os e-mails que contenham aquelas palavras-chave que estão definidas. Esclarece que a STI está fazendo o backup dos e-mails, mas a menos que o juiz reitere a decisão, não precisamos fornecer nada por enquanto. Comunica que, na data de ontem, recebeu uma intimação de oficial de justiça e compartilha as informações com o colegiado. Pede para que sejam projetadas as duas páginas do documento para leitura dos membros e informa que o documento ficará

A T A S

disponível na Assistência Acadêmica para consulta. Saliencia que a intimação é para a Universidade de São Paulo, CEFISMA e Kaline Rabelo Coutinho, e não para o Instituto de Física. Na sequência, solicita a aprovação do colegiado para a inclusão dos itens da pauta suplementar, conforme segue. **ORDEM SUPLEMENTAR DA 603ª. SESSÃO DA CONGREGAÇÃO, A SER REALIZADA EM 29.02.24. Item V – Assunto para referendar:** **Item V.1 – Reposição de 04 claros docentes decorrentes das aposentadorias dos Professores Ricardo Magnus Osório Galvão (FAP), Maria Teresa Moura Lamy e Mário José de Oliveira (FGE) e Manoel Roberto Robilotta (FNC), ocorridas no ano de 2022.** A **Senhora Diretora** diz que o assunto foi informado na reunião anterior e que os pedidos de claros foram aprovados “ad referendum” devido ao curto prazo para encaminhamento à Reitoria. **Item II – Assuntos Novos para deliberar:** **Item II.14 - Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de um cargo de Professor Doutor, Ref. MS-3.1, em RDIDP, na área de “Física Experimental de Matéria Mole, com ênfase em óptica, e/ou difração e espalhamento de raios X e nêutrons” junto ao Departamento de Física Experimental, no qual estão inscritos os seguintes Doutores Guilherme Siqueira Gomide, Thais Azevedo Enoki, Vitor Hugo Paschoal, Fabio Luiz SantAnna Cuppo, Gustavo Foresto Brito de Almeida, Fermin Fidel Herrera Aragón, Eduardo Sell Gonçalves, Thiago Fiuza Lima da Silva e Emerson Flamarion da Cruz (Edital IF-56/23) (Relator da Congregação: Prof. Fernando Silveira Navarra): a) Aceitação das inscrições; b) Formação da Comissão Julgadora.** A **Senhora Diretora** diz que devido a uma divergência na compreensão dos termos da Resolução ColP 8523, que regulamenta os procedimentos de heteroidentificação, foi solicitado esclarecimento à Procuradoria Geral, porém ainda não obtivemos a resposta. Por essa razão, não será possível colocar o item em pauta. Esclarece que após o período de inscrição no concurso, a análise de heteroidentificação de candidatos autodeclarados pretos ou pardos deve ser a primeira etapa a ser realizada, porém a Resolução não diz que essa etapa deve ser concluída para que seja feita a análise das inscrições dos candidatos. Seu entendimento é que ela deve ser iniciada e, posteriormente, passando para a etapa de homologação. Há outro entendimento de que a etapa de reconhecimento da autodeclaração, deve ser concluída e, se confirmada a auto declaração, a inscrição do candidato passará para avaliação da aceitação da Congregação, que irá julgar se a documentação apresentada atende os requisitos do edital. No entanto, caso a autodeclaração do candidato não seja reconhecida pelas Comissões de Heteroidentificação e Recursal, seu entendimento é de que o candidato-tem o direito de participar do concurso na condição de ampla concorrência. O outro entendimento é que não pode ser aceita a inscrição desse candidato. Acredita que é essa legislação visa dar benefícios a uma pessoa, dentro de um conjunto de atitudes afirmativas, não sendo possível impedir o candidato de realizar o concurso, mas essa informação não está explícita. Argumenta que deve sanar a dúvida sobre a aceitação ou não dos candidatos autodeclarados para darmos continuidade ao processo do de aceitação das inscrições e composição da comissão julgadora. Por este motivo, o item será retirado de pauta. **Item II.15 - Pedido de transferência do Prof. Germano Maioli Penello, do Departamento de Física Aplicada para o Departamento de Física dos Materiais e Mecânica.** A **Senhora Diretora** consulta os membros sobre a aprovação da inclusão da pauta suplementar. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovada por unanimidade. A **Senhora Diretora** esclarece que é necessário ter uma banca de heteroidentificação e solicitou à CIP que indicasse pessoas, no entanto, o Prof. José Fernando Chubaci informou que não conseguiu pessoas que aceitassem o convite. Conversou com os diretores de outras Unidades para conjuntamente formarem uma banca de heteroidentificação. Para a formação da banca é necessário ter 6 pessoas, sendo 3 membros e respectivos suplentes. Além disso, é necessário ter uma banca recursal que também necessita de 3 membros e respectivos 3 suplentes, totalizando 12 pessoas. Diz que encaminhou uma mensagem via e-mail para todos do Instituto pedindo que pessoas se candidatassem a essas comissões, no entanto, houve apenas a manifestação de interesse de uma estudante para compor a comissão de heteroidentificação. Informa que essa semana finalmente foi composta a comissão de heteroidentificação por participantes do IF, IAG e FEA. Comenta que o IME tem uma banca de heteroidentificação própria, mas manifestou desejo de participar da banca recursal, que ficou composta por IME, IAG e FEA, tendo em vista que não houve candidaturas do IF. Solicita aos presentes que acessem o vídeo explicativo da banca recursal, disponível no site da PRIP. A banca vai receber a foto do candidato, olhar as características negras e dizer se concorda ou não com a heteroidentificação. Em caso de dúvida será marcada

uma entrevista, online ou presencial, cujo único objetivo é olhar para a pessoa e dizer se ela tem ou não características fenotípicas. Não é necessário emitir parecer ou justificar. Respondendo à Profa. Elisabeth, esclarece que, emergencialmente, como não tinha sido constituída a comissão de heteroidentificação, foram indicadas 3 pessoas que para comporem uma composição temporária e essa banca confirmou a autodeclaração da candidata. **Item V – Assunto para referendar: Item V.0 – Reposição de 04 claros docentes decorrentes de aposentadorias dos Professores Ricardo Magnus Osório Galvão (FAP), Maria Teresa Moura Lamy e Mário José de Oliveira (FGE) e Manoel Roberto Robilotta (FNC), ocorridas no ano de 2022.** A **Senhora Diretora** informa que no dia 12 de dezembro de 2023, a diretoria recebeu um comunicado do Reitor dizendo que, em decorrência dos acordos que foram feitos na greve aos alunos, ele estava disponibilizando mais 189 cargos de Professor Doutor, exclusivamente para reposição das aposentadorias ocorridas em 2022. O prazo para encaminhar a solicitação era até o dia 21 de dezembro. O assunto entrou nas comunicações da Congregação, que foi consultada sobre a possibilidade de permanência dos cargos nos departamentos de origem dos docentes aposentados, e o colegiado manifestou-se favoravelmente. Foi solicitado aos chefes dos respectivos departamentos que informassem a área de pesquisa para cada claro e o pedido dos quatro claros com a documentação pertinente foi enviado à Reitoria, ad referendum da congregação, no dia 21 de dezembro. Comenta que as unidades que não conseguiram cumprir o prazo perderam as vagas. O Instituto fez um esforço para cumprir os procedimentos dentro do prazo e ganhamos os 4 claros. O assunto está na pauta para o referendado do colegiado. O Departamento de Física Aplicada definiu que a área a ser colocada em concurso será Física de superfície experimental. O Departamento de Física Geral decidiu que o claro em substituição à Profa. Teresa Lamy será para a área de Biofísica e o claro em substituição ao Prof. Mário José de Oliveira será Física Estatística. O Departamento de Física Nuclear decidiu que o claro em substituição ao Prof. Manoel Robilotta será para a área de Física Nuclear e Aplicações. Os departamentos tentaram fazer a vaga mais abrangente possível, na impossibilidade de haver uma discussão mais detalhada para que fossem definidas áreas mais específicas, dado o prazo exíguo para respondermos à Reitoria. São vagas bastante amplas com possibilidade de acolher teóricos, experimentais e muitas subáreas dentro do tema. Os chefes dos departamentos encaminharam também os pedidos dos professores temporários até que esses concursos sejam abertos, os concursos sejam realizados e os docentes entre em exercício. A Comissão de Claros Docentes já autorizou os quatro claros temporários e agora vamos montar as bancas e realizar os processos seletivos para que tenhamos mais quatro docentes para a carga didática. Acrescenta que no ofício do Reitor foi informado que esses concursos só poderão ser abertos a partir do segundo semestre. Ainda sobre pedido de cargos à CCD, diz que a CPq irá organizar a discussão para a definição das áreas para as quais serão solicitados os cargos e que cada área de conhecimento terá um parecer dizendo as vantagens e desvantagens do Instituto contratar na respectiva vaga. O documento será analisado pela Congregação que decidirá quais serão as 10 próximas vagas. A CPq fará um trabalho minucioso de análise e é muito importante que os membros daquela Comissão que estejam envolvidos nos pedidos não participem dessa discussão para não configurar conflito de interesse, sendo indicada pelo departamento uma outra pessoa para representá-lo na Comissão enquanto durar o processo de definição de proposta de áreas para os cargos. Esse documento será circulado nos departamentos que podem rebater prós e contras. Na sequência, a proposta deverá ser reanalisada pela CPq para então vir à Congregação. Informa que está tentando, com esse procedimento, corrigir falhas mencionadas pelos docentes nas avaliações passadas. Se a CPq irá colocar um dos itens que a área já foi contemplada ou que era parecida à do ano passado ou anterior deve ser um critério que os membros da CPq vão analisar. Comenta que não há uma visão clara da pesquisa do Instituto e que seria fundamental ter essa visão para decidir as próximas áreas. Relata que tem áreas que são necessárias e importantes, tem áreas que necessitam ser criadas, tem áreas que já tem muitas pessoas. Como os docentes são divididos em grandes áreas, quantas pessoas tem no total, as subáreas e laboratórios de pesquisa. O Reitor prometeu aos alunos que levaria ao Conselho Universitário para votação a questão da reposição das aposentadorias de docentes no ano de 2023. Se a reposição automática dos claros dos aposentados for aprovada pelo CO, teremos que repensar toda a nossa forma de alocação, porque significa que anualmente teremos 3 cargos. O Instituto tem uma leva muito grande de docentes próximos à compulsória, docentes que já passaram dos 65 anos e tem interesse em aposentar. Todo ano temos de três a

quatro docentes se aposentando. Se tivéssemos a previsibilidade de recebermos anualmente poderíamos fazer um planejamento a longo prazo para o Instituto. Isso é muito diferente da situação vivida nos últimos 20 anos, em que pedíamos e era negado, mas de repente vinha uma vaga ou duas vagas. O Instituto não tinha visibilidade. Acredita que essa discussão mais ampla deve acontecer no Conselho Universitário. Esse é um tema muito importante e precisamos ficar atentos a isso. Lembrando que a situação não é tão simples porque o docente aposentado não sai do orçamento da USP. A Reitoria advoga que aprovar a contratação automática implica no aumento de recurso que não está previsto no orçamento, implicando em achatamento salarial e adentrando à lei da sustentabilidade se a folha de pagamento exceder os 85% e não ter verba de investimento e acolhimento. Todos esses aspectos são muito complexos, não é simplesmente aposentar e voltar automaticamente. Esses são temas complexos que o CO vai ter que discutir juntamente com a proposta do governador de que os aposentados saiam do orçamento da USP e isso também é uma coisa complexa que exige negociação. Coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por 64 votos favoráveis e 02 votos contrários. **Item II – Assuntos Novos para deliberar:** **Item II.01 - Homologação da indicação dos Profs. Matthew William Luzum e Luís Raul Weber Abramo como representante e respectivo suplente do Departamento de Física Matemática junto à Comissão de Pós-Graduação do IFUSP, com mandato de dois anos, a partir de 29.02.24. A Senhora Diretora coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Item II.02 - Homologação da indicação dos Profs. Alessio Mangiarotti e Ivone Freire da Mota e Albuquerque como representante e respectivo suplente do Departamento de Física Experimental junto à Comissão de Pesquisa do IFUSP, com mandato de dois anos, a partir de 31.03.24. A Senhora Diretora coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Item II.03 - Renovação do "Termo de Colaboração", no âmbito do Programa de Professor Sênior, a ser assinado pelo Prof. Mauro Sérgio Dorsa Cattani, docente aposentado, a fim de continuar colaborando com o Departamento de Física Aplicada. Relator do FAP: Profa. Marcia Carvalho de Abreu Fantini. A Senhora Diretora coloca o assunto em discussão. Diz que o parecer da relatora é elogioso, com recomendação de aprovação. O Prof. Oscar Éboli comenta que **houve uma mudança recente de um aumento da carga didática para 6 horas**. Considera justo que os aposentados que têm o "Termo de Colaboração" em vigência participem de alguma forma, ministrando um minicurso, por exemplo, desde que as condições físicas do docente assim o permitam. Solicita aos chefes que justifiquem rapidamente porque "Termo de Colaboração" deve ser aprovado e relatem sobre a atividade didática desses professores. Solicita aos chefes de departamento que informem porque consideram importante a renovação dos termos de colaboração em pauta e que também relatassem a atividade didática dos professores. A Senhora Diretora abre a palavra aos chefes que desejem atender à solicitação. A Profa. Rosangela Itri menciona que o Prof. Mauro Cattani, em particular, na parte de ensino, vem ministrando disciplinas, inclusive durante a pandemia de modo remoto. Ele se coloca à disposição da CG para ministrar disciplinas e que ele ministra a disciplina de Física do Calor para os alunos do IME nesse semestre. A Senhora Diretora esclarece que não existe nenhuma normativa nesse Instituto obrigando o Professor Sênior a ministrar disciplinas. Enfatiza que é uma questão de diálogo com os docentes que se sentem à vontade para dar aulas. Tem vários docentes que sempre colaboram e há os docentes que não se sentem à vontade e não colaboram. Não havendo outras manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Item II.04 - Renovação do "Termo de Colaboração", no âmbito do Programa de Professor Sênior, a ser assinado pelo Prof. Hideaki Miyake, docente aposentado, a fim de continuar colaborando com o Departamento de Física Experimental. Relator do FAP: Prof. Arnaldo Gammal. O Prof. Marcelo Martinelli comenta que o docente se mantém ativo, fazendo pesquisa, publicando e também contribuindo com a carga didática, tendo ministrado a disciplina de Oscilações e Ondas para o Instituto de Geociências, na base de uma disciplina por ano. A Senhora Diretora coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Item II.05 - Homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso público de títulos e provas para obtenção do título de Livre-docência, junto ao Departamento de Física Matemática (2º período de 2023), no qual foi aprovado o Prof. Dr. Riccardo Sturani (Edital IF/4723). A Senhora Diretora coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações,**

coloca em votação e é aprovado por unanimidade. Item II.06 - Pedido de reconsideração/recurso do Prof. Filipe Batoni Abdalla, da deliberação da Congregação do Instituto de Física que rejeitou a homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de um cargo de Professor Doutor, Ref. MS-3.1, em RDIDP, junto ao Departamento de Física Geral, Edital IF-50/22 - (Relator da Congregação: Prof. Marcos Nogueira Martins – os documentos constantes do Parecer estão à disposição na Assistência Acadêmica). A Senhora Diretora informa que temos um parecer do relator da Congregação, Prof. Marcos Nogueira Martins, a quem agradece muito pela emissão do parecer, que os membros já leram, gostariam que o Prof. Marcos fizesse algum comentário ou lesse o parecer. Não tendo comentários sobre o parecer, pergunta se alguém mais gostaria de se manifestar sobre o assunto. O Prof. Antônio Figueiredo diz que queria abordar três aspectos apenas em relação a esse caso. Primeira coisa que gostaria de falar é a seguinte: acha que, infelizmente, no nosso Instituto, diferentemente de outras coirmãs nossas como, por exemplo, o Instituto de Física de São Carlos, mesmo a Unicamp, onde vê um movimento dos docentes e do corpo discente também, todo mundo remando numa mesma direção e sentido. Acha que o nosso Instituto, mesmo por razões históricas, em algum momento tem uma certa divisão de grupos, de clãs, a gente pode imaginar termos os que quisermos, onde esses grupos acabam colocando pessoas, em poços de potencial - esses são os ruins, do nosso ponto de vista, esses são os bons, do nosso ponto de vista. Tem o pessoal do bem e do mal. Às vezes há até uma questão de superposição, de pessoas que estão em diversos tipos de poços de potencial, dependendo de qual é o grupo de pessoas que avalia. Acha isso muito ruim. Acha que do ponto de vista do tecido acadêmico nosso, é uma coisa ruim, a gente acaba não valorizando as pessoas que estão aqui. Não está dizendo que um não valoriza o outro, mas o outro também não valoriza o um. Isso é uma coisa ruim para nós. Se pegarmos por exemplo, o Instituto de Física de São Carlos, já participou de “n” homenagens de professores que fizeram 70 anos, de professores que se aposentaram, todo mundo vai aos colóquios - diferentemente aqui do nosso instituto, infelizmente. Diz que discutiu bastante isso com a nova direção, que é um trabalho de todos nós. Nós temos que fazer com que esse tecido acadêmico nosso seja de alguma forma recuperado, reconstruído e muito melhorado. Acha que isso é importante. Esse conceito de pessoas defendem amigos, pessoas não defendem inimigos, temos que passar um pouco por isso. Diz que se considera amigo de 99% das pessoas que estão aqui, pode citar os Profs. Paulo Nussenzweig, Élcio Abdalla, João Carlos Barata, Ivone Freire, Gustavo Burdman, Oscar Éboli. Não considera nenhuma dessas pessoas inimigas, eles podem ter posições diferentes em relação a alguns aspectos e outros não. Então, queria deixar absolutamente claro aqui que o que vai falar, não gostaria que tivesse o aspecto de essa pessoa está falando porque é amigo de alguém. Não é por isso. Diz que vai tentar colocar o que acha do seu ponto de vista mais honesto possível. Primeira coisa, ele, e acha que todos que estão aqui, jamais se contemporizariam com qualquer ação criminosa, qualquer uma, seja ela de assédio, qualquer ação criminosa acha que a gente não deve contemporizar. Nós temos que ser absolutamente contrários e lutar contra isso no nosso dia-a-dia. Por outro lado, acha que é importante também a gente evitar uma coisa que é muito fácil de acontecer nos tempos atuais, que é o chamado linchamento tanto profissional como pessoal. Na última Congregação leu três casos aqui de pessoas que foram acusadas de assédio etc., etc., etc. que após o processo legal completo, foram inocentadas, só que uma delas foi linchada fisicamente, foi morta a paulada, um outro perdeu o emprego, não consegue até agora. Então esse é um cuidado que a gente tem que tomar. Em princípio, existe na legislação brasileira a chamada presunção de inocência. Em princípio há uma presunção de inocência. Quem é que pode modificar esse conceito? Ou, quem é que pode atribuir uma culpa? Isso é polícia, poder judiciário. A nossa sociedade, aquela que a gente defende, do tal estado democrático de direito, é assim: há uma acusação, há um levantamento de provas, há um julgamento e há uma sentença. Diz que é isso que, pelo menos até agora, não conseguiu ver nesse caso. Sinceramente, não conseguiu ver nenhuma dessa documentação ter o julgamento para dizer essa pessoa foi condenada ou não. Se não foi, em princípio, independentemente de ser amigo ou inimigo, não é isso, qualquer um de nós pode estar sujeito a isso, a uma acusação, ao linchamento público, e levar até a situações de perda de vida. Diz que não viu isso até agora. O que viu apenas são coisas escritas, talvez seja um pouco forte dizer que são fofocas, mas são coisas que não são oficiais. Alguém falou para alguém, que ouviu de outro. Uma carta que veio de uma colaboração, mas essa carta é baseada em que, quem julgou, houve uma possibilidade de defesa ou não. Bom,

A T A S

é isso que a gente tem em mãos. Então, da nossa praxe, como é que essa coisa funciona, como é que nós inclusive fizemos hoje. Primeiro, você lança o edital, dizendo candidatos, se candidatem e apresentem isso. Isso foi feito. Candidatos, participem das provas que são elaboradas e aplicadas por uma banca. Isso foi feito. Cabe lembrar inclusive, que achou uma coisa importante, que pelo menos duas pessoas dessa banca eram pessoas de cosmologia, mulheres, que não tem a menor dúvida que estavam totalmente a par de toda essa situação, de todos esses assuntos que foram tratados aqui. O relatório da banca, assinado por essas duas senhoras, colegas nossas do IAG, não toca nesse ponto. A pergunta é: todo esse pessoal até agora, quem aprovou as inscrições, inclusive nós nessa Congregação, somos coniventes com atos demonstrados e acusações feitas, processo legal e condenação feita, ou não. É uma questão que a gente tem que se perguntar. Aparentemente, a pessoa, o Filipe, fez o que nós pedimos para ele fazer. Durante todos esses anos que está na Universidade, desde que entrou são 51 anos, como Professor Titular desde 1991. A Senhora Diretora interrompe e pede ao Professor que conclua sua fala, caso contrário, não se chegará ao final da pauta. O Prof. Antônio Figueiredo pede mais dois minutos. Prossegue dizendo que é o mais velho Titular, talvez mais uma outra pessoa daqui no cargo, não por idade. E sempre nós tivemos uma praxe e nós vamos romper essa praxe agora. Tudo bem, a sociedade evolui e a gente pode romper essa praxe não há problema nenhum em fazer isso, desde que haja uma justificativa convincente de que, realmente, essa contratação, vai tratar com estudantes, vai tratar com colegas nossas, vai ser prejudicial para nós, mas a partir de alguma coisa concreta, que seja definido o devido processo legal, acusação, defesa e decisão judicial. Se não há isso, acha que é um precedente muito complicado para a gente abrir, que pode voltar em outras situações que a gente não está prevendo agora. E só para terminar, um último ponto, que é a questão do parecer, quando entrou aqui em 1972, tinha uma máxima que dizia o seguinte: tudo o que pode ser feito, um físico faz melhor. Mas o parecer, pareceu principalmente na sua parte final, um tanto prepotente, porque ele afirma que o tratamento dado a esse caso foi um tratamento superficial por parte da Reitoria e da Procuradoria Geral. Essa é uma afirmação que não sabe como a nossa Diretora vai defender junto ao Magnífico. Acha que é complicado a gente dizer isso. Talvez dizer, o que lhe parece estar explícito, que poderia ser um pouco diferente, não diria que o tratamento foi superficial, talvez tenha sido insuficiente para que a Congregação pudesse tomar alguma decisão. O Prof. Manfredo Tabacniks diz que estamos frente a um caso, na sua opinião, muito complicado. Pensou muito nesse assunto, teve que estudar esse assunto, e diz que teve um assunto parecido durante sua gestão na diretoria, e é a colisão entre o direito individual e o direito do coletivo. A nossa legislação, em geral, trata do direito individual; o direito coletivo é muito mais complicado. Na legislação brasileira existe uma coisa chamada prisão preventiva. Por que é que alguém é preso, preventivamente, sem julgamento, e pode mofar por meses, até anos, na prisão, sem nenhum julgamento preventivamente? Qual é esse instrumento que garante o poder do estado de prender alguém preventivamente? É o direito da coletividade. É você ter indícios de que aquela postura, aquela ação, aquilo que a pessoa fez pode ser perigoso para a coletividade, e você protege a coletividade, preventivamente, até que o cidadão seja julgado. Esse é um instrumento muito complicado. E é uma decisão muito difícil. Relata que teve que afastar uma aluna, preventivamente, do Instituto de Física porque ela estava ameaçando os seus colegas e, como Diretor teve que utilizar essa prerrogativa de afastar essa aluna, não dormiu duas noites por causa disso, sem nenhum julgamento razoável, para preventivamente, proteger a turma, o professor e a comunidade. Não é fácil essa decisão e nós estamos numa situação muito parecida. Nós estamos preventivamente isolando, e protegendo a comunidade por alguma razão que não quer entrar em discussão, mas cada um aqui tem seu jeito de julgar as coisas, e nós estamos julgando preventivamente isso. É claro que ao defender preventivamente o coletivo se infringe o individual. Não tem como não fazer isso e por isso que essa é uma decisão difícil. Você vai contra o individual ou contra o coletivo, pergunta. Quem você vai defender e como você vai fazer isso. Não tem nada contra o indivíduo, mas como gestor é necessário que se decida pelo coletivo ou pelo direito individual. E nós aqui estamos agindo como gestores, a Congregação é o órgão máximo do Instituto e ela vai ter que decidir pelo coletivo ou pelo individual, não tem alternativa. O Prof. Marco Brizzotti diz que gostaria de começar falando que não conhece o Dr. Filipe, então o que vai falar aqui é o que acredita que seja correto. Gostaria de tocar em três pontos. Primeiro, nos dois pareceres que leu da Procuradoria Geral da USP e em ambos os pareceres estava bem claro que devemos nos pautar pela presunção de inocência. Então, até onde viu, o que lhe parece foi que,

A T A S

por conta de alguns boatos que ocorreram não no Brasil, mas no exterior, foi tomada a decisão de não homologar o resultado do concurso. Do ponto de vista legal parece que seria mais correto aprovar a homologação. Queria também tocar em dois pontos adicionais. Como gostaria de ser tratado, ou como gostaria que um amigo seu fosse tratado, se ele sofresse as mesmas acusações que essa pessoa. Será que deveríamos, como foi falado, "linchar" a pessoa ou deveríamos aguardar até o final do julgamento para realmente saber se a pessoa é culpada ou não. Sinceramente, se fosse acusado de algo parecido, gostaria de ser tratado com todo o respeito pelos colegas. O terceiro ponto que gostaria de levantar é se faz sentido tomar decisões com base em rumores e fica pensando o seguinte, imagine que tem um concurso no futuro, teve um vencedor que foi declarado por unanimidade, e então alguém que não foi bem no concurso, resolve usar algum tipo de ferramenta e lembra que hoje há ferramentas de Inteligência Artificial, que tornam possível criar diversas notícias falando mal de tal pessoa. Como decidir no futuro, vamos interferir no resultado por conta de rumores, pergunta. Acha que temos que tomar um pouco de cuidado quanto a isso. A Senhora Diretora esclarece que o parecer do Prof. Marcos Martins leva em consideração que a Congregação não é a última instância de decisão e, caso seja mantida a decisão de não homologação, será encaminhado ao Conselho Universitário, que é assessorado pela Comissão de Legislação e Recursos, que tem advogados, juristas que tem muito mais domínio da lei do que nós. Adicionalmente a isso, existe uma possibilidade de diligência para sanar dúvidas sobre algum acontecimento, a Procuradoria Geral nos tolheu dessa possibilidade desde o início. Ressalta que não tivemos e nem temos nenhum caráter investigativo ou punitivo, simplesmente a gente não tem como avaliar e que o parecer do Prof. Marcos Martins recomenda a manutenção da não homologação do concurso, considerando que existe uma instância superior que estará devidamente assessorada por juristas e advogados para tomar uma decisão, podendo até abrir uma diligência se achar necessário. Não havendo mais manifestações, coloca o parecer do relator em votação, lembrando que as pessoas que votarem sim, a favor do parecer, estão reforçando a não homologação; as pessoas que são contrárias ao parecer, estão votando na homologação. Estando todos esclarecidos, coloca o parecer do relator em votação que é aprovado por 54 votos favoráveis, 3 votos contrários e 10 abstenções. **Item II.07 - Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de um cargo de Professor Titular, Ref. MS-6, em RDIDP, Interdepartamental, na área de "Física Atômica e Molecular, Física Atmosférica, Física Biológica, Física da Matéria Condensada e Materiais, Física Estatística e Computacional" (Edital IF-43/2023), no qual estão inscritos os Professores Doutores: Filipe Batoni Abdalla, Francisco Eugenio Mendonça da Silveira, Márcio Teixeira do Nascimento Varela, Walter Filgueira de Azevedo Junior, Márcia de Almeida Rizzutto, Susana de Souza Lalic e Carlo Mario Diaz Solano - (Relator da Congregação: Prof. Fernando Silveira Navarra). a) Aceitação das inscrições; b) Formação da Comissão Julgadora: c) Indicação do Presidente da Banca. Retirado de pauta. Item II.08 - Concurso Público de Títulos e Provas para provimento de um cargo de Professor Titular, Ref. MS-6, em RDIDP, Interdepartamental, na área de "Física Nuclear e Aplicações, Física Matemática, Física de Partículas e Campos, Física de Plasma", (Edital IF-44/2023), no qual estão inscritos os Professores Doutores: Filipe Batoni Abdalla, Francisco Eugenio Mendonça da Silveira, Alexandre Alarcon do Passo Suaide, Diego Trancanelli, Valdir Guimarães, Gustavo Paganini Canal, Carlos Frajuca, Carlos Mario Diaz Solano e Suzana de Souza Lalic - (Relator da Congregação: Prof. Fernando Silveira Navarra): a) Aceitação das inscrições; b) Formação da Comissão Julgadora: c) Indicação do Presidente da Banca.). A Senhora Diretora informa que está retirando os dois itens de pauta, que retornarão na próxima pauta juntamente com o pedido de notório saber dos candidatos que não têm o título de livre-docência. Solicita aos chefes de departamento que estimulem os membros da Congregação a evitarem outros compromissos na próxima reunião, pois precisamos de um quórum próximo de 100% para que seja possível uma ampla margem de votação, considerando os dois terços de votos para concessão ou não do notório saber. O Prof. Gustavo Dalpian se apresenta aos presentes dizendo que é Professor Titular recém contratado, vindo da Universidade Federal do ABC. Comenta que olhou a documentação e desconhece o protocolo adotado para avaliação de pedido de notório saber, mas gostaria de manifestar sua opinião. Averiguou a proposta de banca feita e notou ter vários professores de universidades federais que estão sendo convidados para fazerem parte da banca, como os Profs. Montenegro, Rodrigo Capaz e Antonio Gomes, que compuseram a banca do concurso em que foi aprovado, são**

todos professores de universidades federais, sem o título de livre-docente, porém são professores titulares. Acredita que professores titulares de universidades federais quando considerados para banca julgadora para avaliar os candidatos deveriam ser considerados quase automaticamente como aptos a fazer concurso. Essa ação passaria uma imagem boa do Instituto às outras instituições. A **Senhora Diretora** esclarece que existe um acordo entre as Universidades Federais e Estaduais Paulistas que os títulos são reconhecidos entre si. Portanto, um professor titular numa Federal é visto como professor titular na nossa carreira também, dessa forma está apto. O título de livre-docente não é igual ao de titular, por isso que antes de aceitar ou não a inscrição, o professor que não tem o título de livre-docência deve ter o notório saber aprovado na Congregação concedendo o título de livre-docência temporariamente para que ele exerça o concurso. A Congregação faz uma análise do currículo e vota. São necessários dois terços do colegiado, portanto, se o quórum for inferior a dois terços, mesmo que todos os presentes votem favorável, não é possível homologar. Por este motivo reforça a necessidade de um quórum majoritário na próxima reunião da Congregação para que a votação possa ocorrer. Relata que em concursos passados foi usado o critério do docente ser titular como sendo mérito dele ter o título de livre-docente e cita o caso do Prof. Sylvio Canuto que era titular na UFPE e prestou o concurso para titular aqui na USP, após ter seu pedido de equivalência do título de livre-docente ter sido aprovado pela congregação. Entende que nas últimas Congregações foi aprovado o notório saber, mas depende muito do quórum e da questão do mérito. Por isso que ao invés de cada um decidir sozinho optou em solicitar a um parecer a um relator que analisará todas as etapas do currículo e detalhando os argumentos a favor ou contra para concessão do notório saber. Pede aos membros para deixar as discussões sobre o notório saber para a próxima reunião, sendo informados que no concurso relativo ao Ed. IF-43/23 as pessoas que precisariam do notório saber são os Drs. Susana Lalic e Carlos Solano e no concurso relativo ao Ed. IF-44/23 são os Drs. Carlos Frajuca, Carlos Solano e Suzana Lalic. **Item II.09 - Apreciação do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Física (PPP).** O **Prof. Luís Gregório** diz que o assunto foi aprovado na última reunião da CG juntamente com a aprovação do PPP de bacharelado em Física. Lembra que o PPP do curso de Física Médica já havia sido aprovado na reunião da Congregação, encerrando o assunto das mudanças importantes da curricularização dos cursos da nossa unidade. Relata que tem discutido o assunto com muitas pessoas e afirma ser possível continuar a discussão na Congregação. Fala da importância da discussão do assunto em todo o Instituto e não apenas no CTA, Congregação, CG e CoC's. Passa a palavra ao Prof. André para fazer um sumário do caso da licenciatura, em particular, quais foram as alterações e como a CoC escolheu nesse momento fazer a implementação de alterações. A **Senhora Diretora** solicita que o Prof. André seja breve em dizer qual é a proposta de mudança, porque toda essa longa discussão foi feita na reunião da Congregação passada e solicita aos interessados no assunto que procurem o Prof. Cristiano Oliveira, que participou de todas as etapas de discussão na Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e está mais do que disponível para esclarecer as dúvidas, inclusive ser convidado pelos departamentos que queiram entender mais detalhes sobre o assunto. O **Prof. André Machado** lembra que essa alteração inaugura a implementação das Atividades de Extensão (AEx's), uma das diferenças com o bacharelado são os estágios supervisionados que podem ser contabilizados, devido a permissão através da resolução do Conselho Estadual de Educação e diferente do Bacharelado há um conjunto de créditos de trabalhos que podem ser utilizados para tal fim. A decisão foi utilizar esses créditos disponíveis na grade para poder alocar as AEx's, lembra que existem outros elementos que estão um pouco para trás e que não tem alteração, mas são regulamentados por legislação, não sendo possível simplesmente incluir ou excluir do programa, impondo um desafio de implementação desses elementos junto aos créditos de trabalhos alocados. A **Senhora Diretora** esclarece que a proposta do curso é de 306 horas em atividades extensionistas, 100 horas utilizadas dentro dos estágios e 204 dentro das disciplinas. Diz ter uma ressalva a fazer sobre essa proposta do curso de licenciatura. Comenta que nem tudo que pensa ser extensão é reconhecido como extensão pela CCEX e pela Pró-Reitoria. A CoC, junto com os docentes, fará uma proposta de fato do procedimento de implementação, a CCEX vai participar da validação e se chegar a uma conclusão que não é viável, esse PPP terá que ser mudado novamente até o final do ano. O curso de licenciatura terá esse ano para conseguir transformar horas de trabalhos em horas de atividades extensionistas. A Congregação vai aguardar que isso seja feito e se a CCEX não conseguir dizer que é a gente vai ter que voltar e rever, porque

quando se coloca uma atividade dentro de uma disciplina, o docente ministrante terá obrigatoriamente que desenvolver atividade. Ressalta que compreende os casos das disciplinas voltadas a atividades pedagógicas, mas tem disciplinas como relatividade, mecânica clássica, mecânica quântica que está previsto nesse PPP, portanto, precisa entender como instituição que vai existir um consenso, dos docentes, da CoC, da CCEX para que de fato o curso esteja coberto pela legislação e não corra o risco de ter seu reconhecimento não renovado. Em 2025 teremos a renovação do reconhecimento dos nossos cursos e toda essa atividade tem que estar funcionando, bem conforme a legislação para que esses cursos sejam revalidados. O **Prof. André Machado** comenta que a principal diferença é que no nosso caso está lotado ao longo das obrigatórias e em crédito de trabalho. Na última reunião, a CoC começou um trabalho de reflexão sobre as atividades que são de CPP inicialmente é um trabalho que tem que organizar, mas para que possa converter em atividade extensionista. Afirma que o papel da CoC também está na articulação com a CCEX, porque se deixar para o professor é um trabalho de articulação grande e o detalhe é que no futuro com abundância de disciplinas extensionistas, que não é o caso atualmente, pode visitar o PPP e renegociar isso daqui a alguns anos, mas por enquanto está seguro nas obrigatórias, é um jeito de não enfrentar problema depois na validação do curso. A **Senhora Diretora** parabeniza a CoC da Licenciatura porque se for uma experiência bem-sucedida pode rever o bacharelado trazendo essas atividades para as disciplinas do bacharelado. O Instituto está adotando uma diversidade de soluções nas quais vai precisar muito da cooperação de todo o corpo docente com envolvimento para que seja bem-sucedido e, obviamente, no final do ano os PPP's podem ser revisitados adotando ações que foram bem-sucedidas e retirando as malsucedidas. É algo que estamos aprendendo, pois, o Instituto não sabe fazer extensão e teremos que aprender. Não havendo mais manifestações, coloca a proposta em votação e é aprovada com 65 votos favoráveis e 01 abstenção. Comenta que será um desafio bastante grande e lembra que todas essas mudanças já se aplicam aos alunos que ingressaram em 2023, que para se formarem terão que ter as horas em atividades extensionistas. Enfatiza que os docentes têm que fazer um esforço e apoiar os alunos. Diz que a equipe do bacharelado pode começar a pensar em atividades. É possível marcar uma reunião extraordinária da Congregação para tentar elaborar propostas concretas dessa discussão. Será muito importante os alunos terem oportunidade de colocar atividades de física como atividades extensionistas. **Item II.10 - Recurso encaminhado pelos Chefes dos Departamentos de Física Experimental e Física Matemática, Profs. Drs. Marcelo Martinelli e João Carlos Alves Barata, contra a aprovação do Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Física (PPP). Relator da Congregação: Prof. Manfredo Harri Tabacniks.** A **Senhora Diretora** agradece a elaboração do parecer, que considera muito consistente, colocando os vários aspectos e abre o assunto para discussão. O **Prof. Marcelo Martinelli** diz que viu com surpresa essa questão da mudança tão drástica, os 20% que o Prof. Manfredo colocou não são assim tão grandes dentro do curso, mas fica um pouco o choque pessoal de boa parte do corpo docente que estava aqui no currículo de 90, basicamente o currículo seguia mais ou menos aquelas disciplinas obrigatórias e aquelas optatórias, aquele bloco 2, o qual somado dá 24 créditos, com essa redução justamente aqueles 30 créditos que sobram para optativas são praticamente todos eles gastos nas disciplinas optatórias sobrando 6 créditos para o aluno completar a formação dele, entendendo que possa depois estender mais um ou dois semestres, raramente o estudante vai se sentir disposto ou animado a isso. Sobretudo o que causou um espanto e levou ao convite estendido aos Profs. Luís Gregório e Renato Higa vir ao conselho e ouvir a posição dos conselheiros do Departamento de Física Experimental sobre essa mudança e foi muito útil esse retorno para fazer esclarecimentos, inclusive da previsão de fazer as alterações necessárias e as discussões em cima das disciplinas para poder fazer os ajustes necessários. Houve uma colocação do prazo, até agosto para essa elaboração, com discussão ao longo do semestre limitado até junho para essas discussões sobre a revisão do PPP para o bacharelado. O que aconteceu foi justamente essa colocação, digamos de "afogadilho", vir de repente essa colocação na reunião e nós sempre fomos muito bem apontados pelos nossos representantes de alguma coisa que ocorreu pressionado externamente, dentro do intervalo de 2 meses. A principal crítica foi a necessidade de ter uma volta aos departamentos para que estes fossem ouvidos. Foi nesse sentido que foi colocado o recurso. Cita a demanda da questão sobre os claros no dia 18 de dezembro, recebendo o esclarecimento em fevereiro, com o período de férias a situação fica hipercrítica envolvendo a contratação,

A T A S

mudança de currículos, os membros acabaram sendo atropelados pelo tempo. É necessário dar mais atenção a situações tão drásticas. A **Senhora Diretora** diz que entende o relato do docente, porém discorda porque o próprio parecer do Prof. Manfredo fala que esse assunto de atividade extensionista vem exaustivamente sendo discutido. O Prof. Cristiano Oliveira em todas as Congregações tem feito apresentações que, às vezes, ficam até cansativas com mais de 20 minutos para falar como isso vinha avançando, os prazos, a necessidade das discussões. Entende que as sessões da congregação tenham ficado longas, que as pessoas se retirem ao meio-dia e que os comunicados dos membros tenham ficado para depois. Alerta aos chefes de departamento que saem das reuniões com antecedência que convoquem os representantes para saber o que está sendo discutido nas comissões. Não tem como dizer que esse assunto não foi discutido. Ele foi amplamente discutido. Não foi colocado de afogadilho, ele foi colocado na última congregação do ano, vem sendo discutido na CoC e também na CG. Existe uma necessidade legislativa em relação a isso que só ficamos sabendo a partir de setembro. Diz que os alunos 2023 têm que se formar e têm que saber o quanto antes que precisam fazer as atividades e como essas atividades serão contabilizadas. Cita o exemplo do aluno do noturno que vai ter que fazer a carga de 200 horas, sendo três disciplinas em atividades extensionistas, se ele não diluir isso ao longo do curso como irá se formar? O aluno tem que ter informação e apoio. A tentativa de aprovação, o quanto antes, porque o PPP nem previa a possibilidade, ele teria que fazer as 2.600 horas e, adicionalmente, as horas extensionistas. Conclui dizendo que foi feita a previsão, que não se tem conhecimento de como fazer, mas que tem que se discutir. Enfatiza que tem que permitir aos alunos se matriculem em disciplinas que existem, foi isso que o bacharelado fez. Tudo vai depender das experiências que ao longo desse ano. Ressalta a importância dos chefes de departamento, mensalmente, convocarem todos os representantes de comissão para saber o que está sendo discutido, faça presença na comissão e traga o assunto aos colegiados. O elo das comissões com os departamentos são os representantes. Não é aceitável um representante de comissão que não se comunica com o departamento, que não discute, não leva os temas e não toca nos assuntos. Essa postura deve ser coibida. É preciso ter membros de comissões mais atuantes e mais participativos, pois nem todo o assunto será possível discutir aqui por conta do tempo da reunião. O **Prof. Marcelo Martinelli** esclarece que o Departamento de Física Experimental sempre teve as informações aportadas pelo próprio Prof. Cristiano e o Prof. Edivaldo sempre trouxe as informações da CoC e da CG da qual é representante. O departamento sempre se manteve a par do assunto. Diz que a questão foi, diante do problema, a solução ainda que provisória que veio realmente de última hora. Diz que a premência veio em setembro, sendo que se tinha toda uma informação colocada e todo um procedimento sendo encaminhado, só que a solução veio realmente no final do mês de novembro. Quanto a isso não houve tempo hábil em passar a informação. Enfatiza que não dá para acusar a chefia ou os representantes da situação, porque sempre fomos bem aportados do andamento, exceto o evento, no final, a conclusão. A **Senhora Diretora** afirma que é um fato a se refletir. O **Prof. Luís Gregório** comenta que tem aprendido com o processo e que o que tirou de positivo é o fato de que gerou um grande engajamento e que agora há uma preocupação do Instituto sobre aprender mais sobre a curricularização da extensão. Diz que entende perfeitamente o argumento de que 10% da carga é bastante e, pessoalmente acredita que poderia ter tido em 2018, talvez, a oportunidade de negociar se esses 10% poderiam ser escalonados ao longo de um tempo, ver como seria ou não 10%, dependendo do curso. Afirma que são todas questões legítimas. Comenta que o edital universal do CNPq já pede uma componente de extensão no projeto e não duvida que isso se espalhe para outras chamadas do próprio CNPq e Capes. Argumenta que deve aproveitar o engajamento gerado para buscar alternativas. Cita o convite recebido, por ele e pelo Prof. Renato, para participar do Conselho de Departamento de Física Experimental. Relata que foi uma discussão excelente, ver o ponto de vista da preocupação, que é legítimo, porém há uma questão que é a legislação, pois existe uma determinação do Conselho Estadual de Educação que temos que cumprir. Diz que é possível dialogar com o CEE e aproveita o engajamento para comunicar sobre a visita que será feita pelo Conselho de Estado de Educação na renovação de curso em 2026. Em geral, durante as visitas, há uma reunião com os docentes e é importante que os docentes interessados nesse assunto participem dessas reuniões. Comenta que, em geral, essas reuniões não tem uma participação grande, mas é algo importante que se tenha essa consciência e comece a olhar nessa questão da própria legislação. Diz que, no momento, é preciso implementar essas atividades de curricularização que obviamente vai

A T A S

depende de esforços e, só o fato dessa discussão ter surgido já gerou ideias, conversando com alguns docentes como talvez utilizar essa possibilidade para ter um contato maior com estudantes interessados em olimpíadas, tanto de física como as competições a nível universitário que já temos, considerado extensão e pode ser formatado dessa forma começando a abrir outras possibilidades além daquelas que já naturalmente exercemos. Afirma que é saudável toda essa discussão e todo esse engajamento em relação a esse tema. O **Prof. Oscar Éboli** afirma que a preocupação principal é a qualidade dos cursos e a solução apresentada está longe de ir nessa direção. A solução foi contra a tradição desse Instituto. Argumenta que retornou ao Instituto em 2000 e foram feitas duas tentativas de reforma antes de realmente se conseguir fazer a reforma do bacharelado. Para isso foram chamados colóquios em que toda a comunidade participou diferentemente dessa. Reclama que deveria ter sido feita uma discussão com a comunidade inteira de uma forma transparente. Diz que dezembro não era o prazo final, pois foi aprovado agora o da Licenciatura. Pergunta se existe algum aluno matriculado em disciplina de extensão. Alega que poderia ter sido feita uma solução completa e não foi feita. A **Senhora Diretora** diz que já existe em toda a Universidade e a Pró-Reitoria disponibilizou um elenco de quase 100 disciplinas AEx, várias unidades já propuseram. O Instituto de Física ainda não propôs e pede voluntários para elaborar junto com a CCEX e a Comissão de Graduação. Ressalta que a discussão é sobre o parecer do Prof. Manfredo, se votar a favor do parecer, mantém o PPP e se votar contra o parecer, o PPP deixa de existir. Caso isso não seja feito, o aluno ingressante em 2023 não poderá contabilizar uma disciplina que tenha feito de atividade extensionista na sua formação. O **Prof. Oscar Éboli** diz que nenhum aluno está fazendo a disciplina agora e que deveria ter uma lista com as disciplinas e os alunos avisados que deveriam fazer a matrícula. Isso não foi feito, foi atropelado. Tem que dar mais tempo para fazer bem feito. A **Senhora Diretora** diz que o assunto já deveria ter sido encaminhado no começo do ano e que não foi encaminhado por causa do recurso. Após manifestação da Congregação será encaminhado à Reitoria e, posteriormente, à CLR, em seguida irá entrar na pauta do Conselho Universitário. Para não punir os alunos, a Reitoria está tentando dar retroativamente à decisão. Portanto, se um aluno se matricular nesse semestre e o PPP só for aprovado até quatro meses, por conta do trâmite, o aluno já vai ter o direito a contabilizar. Significa que quanto mais tempo demorar para sair daqui, mais tempo demora para passar no Conselho Universitário e enquanto não passar no Conselho Universitário a norma não foi modificada. A Congregação não é a última instância de mudança de PPP. O **Prof. Ivã Gurgel** propõe que deve ser mantida a aprovação e relata que há um problema crônico no Instituto, pois não há espaço para discutir a graduação. Tendo em vista as mudanças mais recentes que estão levantando dúvidas é um bom momento para fazer discussões mais amplas sobre os cursos. Sugere à Comissão de Pesquisa organizar uma sequência de colóquios sobre cada um dos cursos de graduação, para ter um olhar mais amplo sobre como esses cursos têm mudado nos últimos anos, quais demandas têm aparecido, como é o perfil de estudante e como tem mudado. São várias questões que estão sempre rondando os docentes e nunca há espaço para debate. O **Prof. Cristiano Oliveira** comenta que é uma norma de 2018 e tem vários exemplos de Universidades estaduais e federais que naquela data começaram o processo. Afirma que foi uma escolha da USP postergar isso. Inicialmente fizeram tentativas de solucionar esse ponto com as atividades acadêmicas complementares (AAC) que, mais ou menos, dava esses 10%, mas o Conselho Estadual não aceitou. A partir do ano passado veio uma norma em que cursos não seriam mais renovados se não tivessem essa ação. Por sorte ainda temos um tempo, mas outros cursos que tinham que pedir a renovação no ano passado ou nesse ano tiveram que fazer em caráter de urgência porque se não tivesse explícito esses 10% de extensão não seriam aprovados. A questão é que dentro daquele guia que foi passado essa é uma demanda da Constituição, ter o tripé de ensino, pesquisa e extensão e, infelizmente, o tripé está manco, tanto no Instituto como na USP. Foi de cima para baixo para que possa ser reforçada a extensão dentro de todas as premissas para devolver à sociedade o que fazemos na Universidade. Há uma curva de aprendizado que todos terão que fazer ao longo do tempo. Sugere que seja visto como uma oportunidade de crescimento em conjunto e não com uma visão de estragar o curso. Coloca-se à disposição em caso de dúvida. O **Prof. Renato Higa** comenta que, na reunião do conselho do departamento da Física Experimental, foram explicados os motivos das decisões tomadas, que estavam sob pressão, e pede desculpas caso tenha desagradado algum colega. Afirma que está à disposição para esclarecer no conselho de departamento que estiver interessado. Concorda com o Prof. Ivã que

A T A S

falta discutir o bacharelado, principalmente, porque os docentes não estão se dando conta de que o perfil do nosso aluno está mudando e o Instituto não está acompanhando as mudanças que estão ocorrendo na educação. Relata que a Poli também está sendo forçada a mudar seus cursos e estão em discussão desde antes da pandemia envolvendo o pessoal da Física em como se adequar às novas demandas de ensino propostas e que vão chegar em algum momento ao Instituto. Sugere que a Comissão de Pesquisa considere alguns colóquios relacionados ao tema de ensino e, além disso, que sejam agendadas reuniões da Congregação extraordinárias exclusivamente para debater esse assunto. A **Senhora Diretora** informa que, em relação às mudanças da Poli, participou de uma reunião, juntamente com os Profs. Luís Gregório e Cristiano, há duas semanas atrás, é uma mudança bem drástica que envolve a física, computação e matemática. Diz que tinha solicitado para colocar nas comunicações para apreciação, mas se esqueceu porque são muitas comunicações. Então irá incluir na comunicação da próxima Congregação o documento que veio da Engenharia Química com slides de uma apresentação assistida sobre a motivação, a lei que está por trás e a proposta. Cita o exemplo de disciplinas conjuntas de 8 horas que o Instituto de Física terá que compartilhar com os docentes do IME. Alerta que serão muitas reformas e, se estão chegando hoje na engenharia acredita que em pouco tempo estarão chegando às áreas de ciências também. São planos modelos, pilotos que estão fazendo e que devemos ficar atentos às discussões e participações de chamadas públicas. Cita o exemplo da CAPES, que fez o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que teve uma chamada pública e enfatiza que não viu ninguém do Instituto participando, mas uma das 6 linhas apontadas como principais, para o próximo quinquênio, é que a extensão seja institucionalizada na pós-graduação, ou seja, é como curricularizar. Afirma que haverá uma cobrança da CAPES para que os alunos de pós-graduação sejam submetidos formalmente, ou seja, participando do plano institucional de atividade de extensão. Ressalta a importância de refletir em como trazer benefícios ao aluno, à física e à qualidade. Portanto, não é só em nível de graduação como em breve será na pós-graduação também. A **Profa. Helena Petrilli** diz que o representante do departamento na comissão de graduação é eleito pelo departamento e o representante da CoC não é eleito pelo departamento. Esse fato está causando ruído e explica que os representantes do departamento de FMT na CoC não participam do Conselho. A **Senhora Diretora** esclarece que o chefe precisa convidar o representante para participar da reunião do conselho no departamento. Argumenta que está no regimento e seria necessário mudar o regimento. Concorde com o parecer do Prof. Manfredo que a consulta aos departamentos é feita através dos membros da comissão, e se a CG achar necessário mandar um documento por escrito coletando a opinião para voltar a refletir é uma coisa, mas se ela não o faz não quer dizer que ela não consulta os departamentos, porque pelo fato de ter um membro de cada departamento essa consulta já está sendo feita. O máximo que pode acontecer é que, caso um membro não se sinta suficientemente respaldado pelo departamento para discutir pode pedir à CG para adiar a votação para uma reunião seguinte para que ele tenha tempo hábil de discutir com o departamento. Não havendo mais manifestações, coloca em votação o parecer do relator, que é aprovado com 51 votos favoráveis, 11 votos contrários e 3 abstenções. Enfatiza às três CoC's que espera que, ao longo desse ano, haja muita dedicação para tentar criar as disciplinas de extensão, que seja verificado como serão implementadas essas atividades dentro das disciplinas e que, em algum momento do ano, possa trazer à Congregação como está o andamento. Solicita aos alunos que também são membros dos colegiados, que participam e levem aos colegas essas discussões, pois é muito importante que toda a comunidade esteja sabendo. A **Profa. Elisabeth Yoshimura** alerta que não existe Regimento para as CoC's da licenciatura e do bacharelado e que tem que colocar, com urgência, a elaboração desses regimentos. Apenas a CoC da Física Médica tem e não é representação departamental porque nem cabe no tamanho da CoC. A **Senhora Diretora** explica que, em relação ao Regimento, o do Instituto de Física atribui à CG a composição da CoC e que a composição da CoC será definida pela Comissão de Graduação e a discussão de não ter um representante, necessariamente, em cada departamento, é que nem todos os departamentos tem engajamento nos cursos de graduação. No caso da Física Médica, nem todo departamento está engajado na proposta, nas disciplinas, nas aulas daquele curso. Se for obrigatório obriga ter um membro de cada departamento pode ficar uma situação complexa. A reforma do regimento do IFUSP está em andamento desde a gestão do Prof. Marcos Martins em que foi montado um GT e foram votadas várias mudanças, porém essas mudanças não foram encaminhadas à Reitoria, portanto, não

A T A S

foram implementadas e além de vários itens considerados polêmicos, na época, que falta discutir e não foram retomados. Informa que está reativando o GT para que seja encaminhado à Reitoria o que já foi aprovado, além de agendar pelo menos duas congregações extraordinárias para retomar a mudança do nosso regimento. O **Prof. Gustavo Burdman** diz que, referente ao contexto da discussão sobre o PPP da congregação passada, houve uma discussão bastante acalorada da qual participou e pede desculpas para a Congregação, como um todo, pelo comportamento que, realmente, não foi do mais civilizado. Comenta já ter pedido desculpas a algumas pessoas pessoalmente, incluindo a Senhora Diretora, pelo comportamento mais do que apaixonado sobre o tema. Comenta que a curricularização é inevitável e que a questão já foi muito discutida. Cita a necessidade de reforma e modernização do bacharelado e para não perder conteúdos por conta de seus alunos ter que fazer extensão que não tenha realmente o conteúdo de física. Afirma ser absolutamente urgente criar uma comissão que olhe essa reforma. Diz que existem muitas questões que podem ser atacadas, tem muita repetição de ementas enquanto faltam optativas para os alunos ao ponto de terem que utilizar disciplinas avançadas na pós-graduação como optativas. Relata que na disciplina de Teoria de Campos I tem 14 alunos da graduação e 13 alunos da pós-graduação. Enfatiza a urgência em realizar uma discussão sobre como será implementada a curricularização e também como reforçar os conteúdos de física para que essa nova modificação não atinja o que deve ser um bacharelado de qualidade na Universidade de São Paulo. Pede que o assunto seja tratado com a urgência que realmente merece. O **Prof. Sylvio Canuto** parabeniza o Prof. Gustavo pela atitude e fica muito satisfeito em ouvir esse reconhecimento público. Diz que é interessante que as atitudes feitas numa instância sejam consideradas os pedidos de desculpa na mesma instância. Comenta que o Prof. Gustavo fez uma grande contribuição para as discussões de alto nível nessa congregação. Diz que tem a percepção que o Instituto de Física está perdendo protagonismo nacional, pois várias instâncias fora da USP e dentro do estado de São Paulo não tem tido participação da USP nas discussões. Exemplifica que no momento não existe nenhum membro do CA no CNPq que seja do Instituto de Física da USP. Relata que está há 30 anos na USP e nunca tinha visto algo parecido ao que está acontecendo agora. Considera ser muito importante que a voz da USP seja escutada e do Instituto de física, não somente nessa Congregação, que tenha capacidade de interferência em instâncias fora da USP. Comenta a fala da Senhora Diretora que no PNPG está explícito que extensão fará parte do processo formativo dos pós-graduandos, indicando claramente que esse processo na graduação passará também na pós-graduação. Informa que estão abertas as inscrições para o CA do CNPq e é muito importante que o Instituto de Física não se limite a discussões "intra-corpos" e que seja participativo em instância nacional, pois muitas discussões estão acontecendo nas quais nós não somos ouvidos ou somos ouvidos por muito pouca gente. **Item II.11 - Termo de compromisso para adesão ao Convênio Acadêmico Internacional Geral, firmado entre a USP e a Universität Münster (Alemanha), para dupla titulação em nível de doutorado do estudante Lucas Ferrandi de Oliveira, coordenado pelo Prof. Marcelo Gameiro Munhoz.** A **Senhora Diretora** coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. **Item II.12 - Pedido de revalidação de diploma de Licenciatura em Física, obtido pelo Sra. Maria Eduarda Manfrinato Pimentel junto à Universidade de Lisboa, Portugal. (Relator da CG: Prof. André de Pinho Vieira).** A **Senhora Diretora** coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. **Item II.13 - Apreciação dos conjuntos de disciplinas para a realização dos concursos de Livre-Docência dos Departamentos do Instituto de Física para o 1º e 2º períodos de 2024.** A **Senhora Diretora** coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. **Item III - Discussão e votação da ata da 601ª. Sessão Ordinária, realizada em 30.11.23.** A **Senhora Diretora** coloca a ata em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por 55 votos favoráveis e 4 abstenções. Comenta que as pautas estão bastante extensas, com muito conteúdo e solicita que todos os membros leiam a pauta e os documentos anexos com antecedência para que as reuniões não sejam tão longas. Diz que as votações são importantes e que os membros podem se manifestar, mas não há tempo hábil para olhar todos os documentos na hora da reunião. **Item II.15 - Pedido de transferência do Prof. Germano Maioli Penello, do Departamento de Física Aplicada para o Departamento de Física dos Materiais e Mecânica.** A **Senhora Diretora** coloca o assunto em discussão. Não havendo manifestações, coloca em votação e é aprovado por unanimidade. **2ª**

PARTE - E X P E D I E N T E - Item IV.1 – Comunicações da Diretora: a) Sugestão de atribuição de diplomas honoríficos a Jeová Assis Gomes, José Roberto Arantes de Almeida e Juan Antônio Carrasco Forrastal, mortos durante a ditadura. b) Resolução ColP N°8558, de 05.01.24, que regula os procedimentos para verificação de autodeclaração de pertencimento de povo indígena no Brasil para fins de bonificação ou reserva de vagas em ações afirmativas para ingresso na Graduação da Universidade de São Paulo. c) Portaria GR N°8318, de 16.01.24, que dispõe sobre a distribuição de cargos de Professor Doutor junto ao Instituto de Física. d) Portaria do Reitor, de 17.01.24, transferindo o cargo 1235729, ocupado pelo Prof. Eduardo Tremea Casali, do Departamento de Física dos Materiais e Mecânica para o Departamento de Física Matemática do Instituto de Física. e) Portaria do Reitor, de 17.01.24, transferindo o cargo 1236890, ocupado pelo Prof. Pedro Vinícius Guillaumon, do Departamento de Física Matemática para o Departamento de Física Experimental do Instituto de Física. f) Termo de contrato para exercer o cargo de Professor Contratado III (Professor Doutor), junto ao Departamento de Física Experimental, do Dr. Liner de Souza Santos, até 31.12.24. g) Portaria PRPI 950, de 07.02.24, designando o Prof. Dr. Paulo Alberto Nussenzeig, Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação, para compor o Comitê de Governança do Escritório de Integridade e Proteção da Pesquisa, nos termos do Artigo 3º da Portaria GR 8238/2023. h) Termo de Aditamento prorrogando o prazo contratual da Profa. Adriane Reis Brugnago como Professor Contratado III (Doutor) junto ao Departamento de Física dos Materiais e Mecânica, no período de 01.01 a 31.12.24. i) Orientações sobre o Projeto Acadêmico (2023-2027), com a definição das etapas e prazos. A **Senhora Diretora** chama a atenção dizendo que além de discutir o bacharelado é necessário planejar a elaboração do projeto acadêmico. Relata que a Reitoria fez uma análise com um comitê externo e o documento está disponível no site da Pró-Reitoria e se prontifica a distribuir o pdf aos membros. Comenta que são quatro páginas específicas sobre a avaliação do Instituto de Física. Informa que a Reitoria lançou o cronograma das etapas do projeto acadêmico, sendo que 31 de maio é a data de entrega do plano acadêmico aprovado pela Congregação. Informa que irá marcar uma reunião de chefes e presidentes de comissões para discutir os detalhes das diretrizes desse documento porque ele não pode ser uma repetição do documento enviado anteriormente, principalmente porque o documento anterior recebeu muitas críticas. Explica que a Reitoria quer que o Instituto realize uma auto avaliação para identificar quais são as ações propostas e a elaboração de um plano de estratégia para melhorias. Conta que no relatório passado não foi mapeado nenhum ponto fraco, apenas foram destacados os pontos positivos e concluiu-se, no final do relatório, que o Instituto não tem problemas e que não há a necessidade de montar estratégias para solução dos problemas. Relata que isso foi mal visto pela Reitoria, pois não existe uma entidade que não tenha problemas. Enfatiza que foi bastante reforçado que não pode se colocar a falta de docentes e funcionários como causador dos problemas do Instituto. Foi aconselhado que se proponha estratégias de melhorias considerando o corpo docente e de funcionários disponível no momento, em nível departamental e institucional. Complementa que, este ano também devem ser feitos os planos individuais dos docentes. Sugere a todos que leiam os documentos para não serem surpreendidos com o tema das discussões nas reuniões. Ressalta que os prazos são curtos e todos devem ficar atentos. Comenta que como o Instituto é integrado, as discussões têm que correr em paralelo, mas os documentos são diferentes, sendo um documento para o Instituto, um documento para o departamento e um documento para cada docente. Comunica que tentará agendar uma reunião para a próxima semana para poder discutir as diretrizes de elaboração do documento. Observa que a Reitoria questionou a falta de uma análise crítica do todo com integração das partes relatadas pelas comissões e que na pós-graduação é importante constar a discussão da CPGI. Comenta que também foram criticadas as transversalidades e cita o exemplo da influência da pesquisa na graduação ou a extensão do Instituto, devendo ser relatada a influência dos pilares. j) **questões relacionadas a vazamentos nos auditórios.** A **Senhora Diretora** informa que a lei de licitação mudou há dois anos e o governo do estado fez leis estaduais que garantiam que o estado de São Paulo, diferente de toda a união, entrasse na lei até o dia 31 de dezembro e no dia 1º de janeiro mudou tudo. Não é possível mais usar a integração do nosso sistema Mercúrio com o sistema do governo do estado, agora tem que ser com o governo federal. Explica que as migrações do governo estadual para o federal não foram feitas e a da USP foi feita parcialmente, não tem modelos de licitações de compras, portanto, o orçamento está disponível

A T A S

desde o dia 10 de janeiro, mas não conseguimos executar uma única compra por incompatibilidade de sistemas e procedimentos. Conta que o assunto foi levado ao Conselho Universitário passado com esclarecimentos do Diretor do Departamento Administrativo que se comprometeu que até o final de abril será possível realizar as solicitações. Portanto, até final de março iniciaremos as licitações e até o final de abril serão realizadas as licitações de obras. Enfatiza que a diretoria está plenamente ciente de todos os vazamentos e problemas de infraestrutura graves que o Instituto tem apresentado. Diz que o setor de obras está correndo com todos os projetos e a Diretoria está fazendo projetos adicionais pleiteando verba, mas pela impossibilidade de gastar o dinheiro, está tudo parado. O Instituto está sobrevivendo com R\$ 8.000,00 por mês, que é o possível de utilizar pela Tesouraria para situações emergenciais. Sabe que a situação é crítica, mas a questão da lei da licitação surpreendeu a Universidade e todos estão pagando o preço. A prioridade este ano, referente à infraestrutura, é corrigir a questão dos vazamentos, sobretudo porque estamos com dois auditórios interditados, Giuseppe Occhialini e Gleb Wataghin, ambos sem condições de aulas. Com relação à reforma da biblioteca, ao que tudo indica será possível finalizar a parte elétrica e ar condicionado em agosto, possibilitando que volte a funcionar no local e, tendo em vista a promessa do prédio novo que comportaria uma nova biblioteca, será dado andamento ao processo de licitação com previsão de conclusão em 3 anos. **k) climatização nas salas da aula par e nos auditórios.** A **Senhora Diretora** enfatiza que a retirada das falsas seringueiras foi absolutamente necessária por causar danos à estrutura do Edifício Principal e por questões de vazamento. Confirma a realização do projeto de revitalização da área, além do envio de um pedido emergencial, à Pró-Reitoria de Graduação, de aparelhos de ar-condicionado para todas as salas que ficaram sem a sombra das árvores retiradas, devido às altas temperaturas nesses locais. **l) Definições utilizadas na ficha para Transposição das Informações enviadas pelos órgãos processadores (Subsecretaria de Ações Governamentais da Secretaria de Governo e Relações Institucionais-Governo do Estado de São Paulo); m) Lei no. 14769, de 22.12.23, que institui o Dia Nacional do Físico, a ser comemorado anualmente no dia 19 de maio. n) Retificação da Resolução 8558/24, que regula os procedimentos para verificação de autodeclaração de pertencimento de povo indígena no Brasil para fins de reserva de vagas em ações afirmativas para ingresso na graduação da USP.** A **Senhora Diretora** coloca-se à disposição para esclarecer dúvidas dos membros referentes aos assuntos comunicados. **Item IV.1a – Outras comunicações. Item IV.2. – Comunicações do Vice-Diretor.** O **Prof. Cristiano Oliveira** comunica a visita de um agente da Polícia Federal ao Instituto por conta de inconsistências encontradas com relação a produtos químicos. Explica que as inconsistências eram apenas algumas diferenças de preenchimento de notas fiscais, valores e itens. Informa que agora toda vez que você compra um produto químico controlado, a empresa que efetuou a venda notifica a Polícia Federal sobre o CNPJ do comprador. Quando a empresa que efetuou a compra faz o preenchimento dos dados no site da Polícia Federal, caso as informações não sejam convergentes, automaticamente é emitido um alerta que causa esta demanda. O Instituto teve mais ou menos 30 dias para responder aos questionamentos e acertar as pendências. Esclarece que essa visita foi feita em toda a USP e foi feita uma reunião junto com a Reitoria, onde todas as unidades apresentaram essas dificuldades, sendo que, em alguns casos, as ações foram mais assertivas. Enfatiza a seriedade da questão e explica que se esses erros ou essas dificuldades não forem acertados, a unidade pode perder a licença de compra desses produtos. A Reitoria está produzindo um sistema online para gerenciar essas demandas, centralizando as informações, diminuindo as inconsistências e agilizando esse processo. Solicita que os grupos que usam produtos químicos, ajudem a acertar essas informações para que ninguém saia prejudicado. A **Senhora Diretora** acrescenta que o Instituto optou por não estocar produtos químicos controlados. A indicação é que devem ser compradas quantidades pequenas que serão usadas imediatamente e não serão estocadas. Caso sobre uma pequena quantidade, recomenda-se que não se deixe os produtos nos Laboratórios, mas que usem os armários adequados comprados pelo Instituto com condições de dar conta da volatilidade dos gases impedindo explosões. Alerta aos laboratórios que usam esses produtos para ficarem atentos à legislação para que o Instituto não tenha problemas. **Item IV.3a CPGI: – Defenderam dissertações de mestrado (02 alunos): Gabriel Lanzillotta Merlo: “A autonomia do campo escolar e a formação de professores de ciências: estudo sobre as características do habitus, processos de socialização e disputas entre campos”. Orientador: Prof. Maurício Pietricola Pinto de Oliveira. Rodolpho Lima Leite: “A**

A T A S

codocência em escola inovadora: questões enfrentadas pelos docentes”. Orientador: Prof. André Machado Rodrigues. Item IV.3b – Defenderam teses de doutorado (02 alunos): Alexander Brilhante Coelho: “Prestígio e heterodoxia: paranormalidade e outros mistérios na obra de Mario Schenberg dos anos 1980”. Orientador: Prof. Ivã Gurgel. Antonio Carlos Mometti: “Decolonização Cultural e o Currículo de Ensino de Física”. Orientador: Prof. Ivã Gurgel. Item IV.3c – CG. O Prof. Luís Gregório faz informes sobre a semana de recepção dos calouros, que teve várias atividades, inclusive uma Aula Magna ministrada pelo Prof. Alexandre Suaide. Comenta que houve bastante participação dos alunos na segunda-feira com atividades ao longo da semana. Diz que nesta data haverá um almoço e jantar com os estudantes no grêmio dos funcionários e convida a todos. Recomenda que todos participem para terem a oportunidade de conhecer os ingressantes. Informa que os departamentos receberam a carga didática deste semestre para aprovação e a CG já está pensando na carga didática do 2º semestre, que a CoC do bacharelado abriu o formulário para propostas de novas optativas até 15 de março e que no final de março a CG deve colocar também o formulário das opções de disciplinas para o 2º semestre. A CG está adiantando o máximo possível o prazo para pedidos de bolsas PAE da pós-graduação, que foi um sucesso no 1º semestre, portanto a ideia é repetir para que todos saibam, pelo menos, a primeira versão da carga didática e a disciplina que vai ministrar para solicitar monitores PAE para o 2º semestre. Aproveitando essa antecipação e o fato de que a regra das 6 horas, aprovada em novembro na Congregação, estará vigente para o preenchimento do formulário para o semestre, para tentar fazer a previsão para disciplinas que talvez demandem duas turmas ao invés de uma. Relata que foi procurado pelos Profs. Oscar Éboli e Lucas Corneta porque algumas disciplinas obrigatórias tiveram um grande número de alunos no semestre anterior e, com esse planejamento, pensar juntamente com as CoC's e, nesses casos, não é fácil fazer essa previsão porque flutua bastante, mas a CG vai tentar antecipar essas situações da melhor forma possível. Referente ao caso da Poli, é importante que todos os docentes envolvidos estejam cientes dessas mudanças que também foram motivadas por resoluções do Conselho Nacional de Educação, no caso as novas **Diretrizes Curriculares Nacionais da engenharia**. A Senhora Diretora parabeniza a iniciativa de todos os docentes que atenderam ao apelo da Diretoria e da CG para pedir monitores PAE. No semestre passado foram só 23 pessoas pedindo e nesse semestre foram 64 e a Reitoria atendeu todos os pedidos. Apenas nove docentes não fizeram pedido de monitor PAE e PEEG. Comenta que a diretoria autorizou a CG a dar monitores internos do Instituto saindo da dotação aos nove docentes, mas reforça que pediu à CG para avisá-los por e-mail que no próximo semestre não terão monitores aqueles docentes que não pedirem PAE ou PEEG e lembra que o Instituto conseguiu reduzir pela metade o custo dos monitores. Informa que no 1º semestre do ano passado o Instituto gastou R\$480.000,00 em monitores, enquanto manteve mais ou menos a mesma quantidade de monitores caindo para R\$200.000,00. Ressalta que esse dinheiro foi destinado a outras ações do Instituto de Física como os 17 concursos públicos previstos para esse ano. CPG - O Prof. Márcio Varella comunica que, referente a avaliação quadrienal, o Instituto não está bem no item de avaliação percentual de docentes que participam de atividades didáticas, que dão aula, especialmente no nível de pós-graduação. Confessa que estava relativamente tranquilo pelo Instituto ser um programa com um grande número de docentes e isso tende a diminuir naturalmente o percentual, mas em conversa recente foi alertado que isso é efetivamente uma ameaça à avaliação do nosso programa nesse momento. Lembra que um programa que não tem o conceito máximo, muito bom, em todos os itens não é elegível para a nota 7, colocando uma pressão sobre o Instituto, pois ter um desses itens de avaliação com uma perspectiva de nota baixa colocaria o Instituto na situação de partir da nota 6. Esclarece que está tentando terminar de consolidar os números junto à secretaria da CPG, cruzando com a Capes e tentando entender melhor como o número é calculado. Relata que o Instituto está sendo pressionado para criar uma política institucional a médio e longo prazo, repensando como está sendo estruturada e distribuída a carga didática de pós-graduação. Aponta a importância de que isso aconteça neste ano de 2024 para que o Instituto não corra risco. Diz que a CPG está aberta a sugestões e informa que as primeiras discussões apontaram como solução os minicursos, pois do ponto de vista do sistema Janus não há diferença entre um curso regular e um minicurso, são apenas disciplinas de pós-graduação que tem diferentes números de créditos e que qualquer disciplina de pós-graduação pode ter até seis docentes responsáveis, independentemente do número de créditos. A CPG, juntamente com a Diretoria, está dialogando sobre

A T A S

estratégias para aumentar significativamente o número de minicursos oferecidos ao longo deste ano, fora do planejamento das disciplinas regulares e, especialmente, o número de docentes envolvidos nos minicursos. Cita a ideia de cursos temáticos ao longo do semestre e também uma escola de inverno oferecida em julho, concentrando o número de recursos em diferentes áreas. As ideias estão sendo discutidas e é preciso resolver logo para que a solução aconteça de maneira minimamente planejada e estruturada a respeito da urgência. Faz um apelo às chefias de departamento para que façam um esforço de conscientização, muito especialmente de credenciamento de orientadores e orientadoras que não tenham participado de atividades didáticas em nível de pós-graduação no quadriênio que se inicia em 2021 e termina em 2024. Há uma série de estratificações e pessoas que têm credenciamentos específicos para uma orientação, essencialmente, não lecionam, há pouquíssimas exceções a essa regra, há um número importante de contratados e contratadas recentes que nunca lecionaram a nível de pós-graduação, há questões sobre colegas aposentados e colaboradores que raramente lecionam a nível de pós-graduação, além de colegas docentes credenciados como orientadores plenos e que não lecionaram no quadriênio. Argumenta que é uma situação desconfortável para todos e tem, pessoalmente, um ponto de vista bastante crítico em relação a esse indicador e o quanto ele diz sobre a qualidade do programa de pós-graduação. Diz que se incomoda muito mais em não ter a nota 7 e por isso faz um apelo à conscientização dessa condição. Precisamos de um número expressivo de participantes da ordem de 40 pessoas, preferencialmente, lecionando em nível de pós-graduação, minicursos idealmente compartilhados ao longo desse ano. A Senhora Diretora reforça que o docente permanente cadastrado que não deu aula entre 2021 e 2024 na pós-graduação deverá ministrar um minicurso ou workshop contribuindo para o aumento do percentual de docentes permanentes que deram aula no quadriênio. O Prof. Ivã Gurgel diz que apoia a demanda do Prof. Márcio e que, recentemente, acompanhando alguns processos sobre avaliação CAPES de diferentes programas da USP, notou que tem sido uma prática comum em várias áreas uma expectativa de uniformidade, como o número de docentes por linha de pesquisa, número de docentes dando disciplinas e que isso acaba prejudicando os programas que têm um número grande de orientadores que não tem esse tipo de uniformidade. Menciona que conversou com a coordenadora da área de ensino em sua visita à USP, e falou também na Pró-Reitoria. Acha que precisaria ter uma articulação, uma organização e uma certa política da USP, como um todo, alertando a Capes sobre esse problema crônico da USP e talvez de outras Universidades com programas como o nosso, porque senão teremos o mesmo tipo de problema nas avaliações que seria bastante injusto. A Senhora Diretora informa que continua como coordenadora adjunta da área de física, está iniciando as discussões para mudar a ficha de avaliação do quadriênio 2025/2028 e esses são pontos que está trazendo para a área de física, onde programas pequenos conseguem com uma certa facilidade uniformizar tudo, mas programas grandes têm dificuldade. Relata que o Instituto de Física é disparado o maior programa de física da USP, porém a questão é que há indicadores qualitativos e quantitativos, sendo que os qualitativos algumas vezes ajudam e outras vezes somam muitos quantitativos para dar um qualitativo que não ajuda. Diz que comentou com o Prof. Márcio, mediante a avaliação de seminário de meio termo, que é possível justificar desvios dos números indicadores, mas não desvios exageradamente grandes. Por isso é importante não estar muito longe das métricas. Concorda com o Prof. Ivã e diz que, em reunião com o Pró-Reitor, coordenadores de áreas da USP e adjuntos, expressou essa necessidade de articulação. Argumenta que a USP é a Universidade que tem mais coordenadores de áreas e adjuntos de todo o país e precisa articular para levar certas demandas à Capes. O Prof. Sylvio Canuto diz que o Instituto é muito peculiar e não tem sido ouvido. Afirma que com o percentual de estudantes na pós-graduação, para um programa grande há uma distorção e essa voz tem que ser ouvida na Capes em relação aos critérios de avaliação. Ressalta que esse é um momento importante porque as pessoas estão discutindo como será a avaliação desse quadriênio. Comenta que há 20 anos a pós-graduação oferecia em média 20 cursos por semestre no IFUSP. A solução proposta dos minicursos ataca diretamente o problema do índice, mas precisa, de fato, criar um reboliço maior na pós-graduação e essa pode ser uma boa ocasião para começar. **Item IV.3d – CPq.** O Prof. Caetano Miranda diz que os colóquios começarão na próxima semana com o Prof. José Roque, que já recebeu propostas de nomes para as próximas datas e que a comissão está aberta a receber sugestões da comunidade para os colóquios. Com relação à proposta de áreas para os concursos de professor doutor, comenta que tinha um cronograma e receberam 20

A T A S

proposições, que considera um número relativamente grande tendo em vista que são 10 claros e que, no calendário original, as defesas das propostas ocorreriam na próxima semana, porém, por conta desse número, a comissão decidiu começar as apresentações na semana de 11 a 15 de março. Todas as tardes, haverá a apresentação de 5 proposições, com 20 minutos de defesa e mais 10 minutos para discussão com perguntas, o evento aberto à comunidade. Diz que é extremamente importante que todos participem desse processo, inclusive por uma questão de transparência. Informa que a programação dessas defesas será encaminhada nos próximos dias e que o evento será transmitido online e gravado. Esclarece que a ideia é tentar aglutinar temas parecidos para promover uma discussão entre as proposições mais interessante. Coloca-se à disposição do colegiado para esclarecimentos sobre o processo. A **Senhora Diretora** sugere aos membros que divulguem a apresentação das 20 propostas para que todos tenham a oportunidade de ver, refletir, analisar e realizar uma discussão. Convida os alunos para assistir o evento, a fim de entender as áreas de pesquisa e o procedimento de definição de novas áreas. **Item IV.3e – CCEX.** O **Prof. Daniel Cornejo** relata que tem sido extremamente complicado marcar uma reunião da CCEX porque os membros da Comissão, indicados pelos departamentos, sempre tem outras atividades que parecem prioritárias e não têm tempo para participar das reuniões da comissão. Faz um pedido aos chefes de departamento que conversem e expliquem aos representantes a importância das atividades de cultura e extensão, que compõem o tripé da Universidade, conforme enfatizado pelo Vice-diretor anteriormente. Sugere aos chefes que usem de sua prerrogativa de convocar outros representantes. Espera que, na próxima semana, seja realizada a primeira reunião do ano da comissão e, para a próxima reunião da congregação, tenha notícias para trazer ao colegiado. A **Senhora Diretora** reforça o apelo do Prof. Daniel Cornejo, presidente da CCEX, e ressalta a importância do engajamento dos representantes nas comissões. **Item IV.3f – CIP.** O **Prof. José Fernando Chubaci** relata que foram feitas duas reuniões com discussão sobre a questão da Comissão de Heteroidentificação e também a Recursal e relata que realmente é um problema geral na USP. Informa que esteve na reunião da Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento em que tomaram conhecimento do parecer dessas comissões sobre o vestibular, com 1.200 pedidos de PPI, sendo que 124 candidatos não tiveram as inscrições aceitas. Comenta sobre a matéria do protesto desses estudantes publicado no jornal Folha de São Paulo. Esclarece que a avaliação é realizada com base na fotografia apresentada na inscrição e que a chamada para entrevista é para que a comissão visualize o estudante, pois é considerado apenas o fenótipo do candidato, que lê a autodeclaração apresentada. Comenta que foi bastante discutida a questão das atividades desse semestre, com realização de alguns colóquios, sendo que para o mês de março está sendo proposto um colóquio sobre saúde mental com a equipe da psicologia do Instituto, e no mês seguinte, sobre saúde mental do idoso. **Item IV.4 – Comunicações da representante da Congregação no Conselho Universitário.** A **Profa. Rosângela Itri** informa sobre a recondução dos Reitores e Pró-Reitores adjuntos, com apresentação de todos os relatórios do biênio anterior para votação e recondução. Disponibilizará os relatórios àqueles que tiverem interesse, via e-mail. Também foram eleitos os novos membros de comissões permanentes – CLR, COP, CAA e também a Comissão de Ética. Comenta que houve uma discussão sobre a lista tríptica para o Conselho Superior da Fapesp, com votação e eleição e que, na área de humanas, foram indicadas a Profa. Maria Arminda do Nascimento Arruda, Profa. Ana Elisa Liberatore Silva Bechara e Prof. Ignácio Maria Poveda Velasco; na área de exatas, o Prof. Marcílio Alves, Prof. Hamilton Brandão Varela de Albuquerque e Profa. Maria Cristina Ferreira de Oliveira e, na área de biológicas, Prof. Marco Antônio Zago, Profa. Marie-Anne Van Sluys e o Prof. Roger Chammas. **Item IV.5 – Comunicações dos Membros da Congregação.** O **Prof. Sylvio Canuto** traz comunicações sobre a Fapesp dizendo que o Prof. Márcio de Castro Silva Filho assumiu a direção científica há algum tempo, criando três coordenações gerais separadas nas áreas de inovação, programas especiais e de ciências, artes e humanidades, e que foi convidado para ser o coordenador. Diz que está atuando há alguns meses juntamente com a Profa. Marta Teresa da Silva Arretche, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Explica que nessa coordenação a estrutura está dividida em oito caixas e entre elas está ciências da saúde e ciências exatas, que cobre física, química, matemática, astronomia e geociência. Cada caixa terá 2 gestores e na área de ciências exatas estão o Prof. Gustavo Martini Dalpian e o Professor Sidney José Lima Ribeiro, do Instituto de Química da UNESP de Araraquara. Comenta que algumas mudanças estão sendo feitas, entre elas modificações que agilizarão os processos, a valorização

A T A S

do pesquisador concedendo mais autonomia e a valorização muito grande dos auxílios regulares. Ressalta a importância dos docentes pensarem na solicitação de auxílios regulares e, na próxima reunião fará uma apresentação estruturada sobre as mudanças na Fapesp, que atendem as reclamações e aspirações dos pesquisadores ao longo de tantos anos. A Senhora Diretora sugere ao Prof. Sylvio a preparação de uma apresentação de 10 minutos, com slides, para a próxima reunião da congregação ou um colóquio trazendo as informações dos tipos de financiamentos da Fapesp, que é um tema de interesse da comunidade. Nada mais havendo a tratar, às 12h40min, a Senhora Diretora encerrou a reunião e eu, Maria Madalena Zeitum, redigi e digitei a presente ata que vai assinada por mim e pela Senhora Diretora. São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.